



InfoSNESup

Número 12 - Abril de 2005 - 1ª Quinzena

PRIORIDADES DA ACÇÃO GOVERNATIVA NA ÁREA DO ENSINO SUPERIOR

Findo o primeiro mês da acção governativa e registando-se com agrado a assinatura pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de um despacho que nomeia um grupo de trabalho, presidido pelo colega João Sentieiro, secretário do Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) com o mandato de analisar e propor a adopção de medidas destinadas a simplificar, desburocratizar e acelerar os procedimentos das entidades gestoras do Programa Operacional Ciência e Inovação, temos vindo a aguardar o início de um necessário diálogo sobre os problemas do ensino superior.

Realizado o nosso Encontro sobre a Aplicação dos Estatutos de Carreira, tomaremos algumas iniciativas para reforçar a expressão da nossa preocupação neste domínio, de acordo com os alertas que temos vindo a lançar através de entrevistas, artigos de opinião, intervenção em debates e comunicados (cfr. "Bolonha – a Prova dos Nove", publicado no DN de 14 de Abril e reproduzido em www.snesup.pt). Uma dessas iniciativas será o lançamento de um abaixo-assinado que chegará em breve às caixas do correio de todos os colegas.

FALSOS CONVIDADOS, FALSOS EQUIPARADOS

O SNESup vem desde há alguns anos, designadamente através da Revista, a designar por falsos convidados ou falsos equiparados os colegas que são obrigados a prestar serviço fora da carreira, ainda que em tempo integral e com exclusividade quando reúnem as condições para nela estarem integrados.

Referimo-nos no ensino universitário sobretudo aos colegas que são admitidos como professores auxiliares convidados quando o poderiam ser como professores auxiliares e no ensino politécnico à generalidade dos colegas que, tendo reunido as condições de progressão, passam a equipados por falta de lugar de quadro ou que são contratados como equiparados por as instituições pura e simplesmente se dispensarem de realizar concursos. Esta realidade está documentada nos números divulgados no Encontro e que serão publicados na próxima edição da Revista.

Entretanto, começa a divulgar-se a prática de, em vez de renovar os contratos destes colegas por cinco ou três anos (universitário) ou por dois (politécnico), passar a um regime de contratação por períodos anuais ou até inferiores a um ano. O nosso

advogado do Porto, Dr. José Martins, elaborou um parecer sobre o assunto que vai ser divulgado no site.

Os colegas a quem esta situação afecta devem contactar-nos urgentemente.

ESA DE CASTELO BRANCO: OS DESPEDIMENTOS COMEÇARAM

No momento em que diferentes sectores e instituições do ESP, reivindicam a concessão de graus académicos idênticos ao ensino universitário, a ESACB terminou unilateralmente a sua ligação com um docente de carreira na fase final do seu doutoramento que naturalmente iria melhorar a qualificação do seu corpo docente, possibilitando uma maior capacidade de intervenção credível na sua área de especialidade e que esteve abrangido pelo PRODEP.

A Direcção da ESACB negou assim os compromissos assumidos perante os docentes e perante o SNESup, ignorou os compromissos assumidos face ao programa PRODEP, e desprezou as recomendações efectuadas pela Comissão Externa de Avaliação ao Curso de Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola que já em Julho de 2003 , chamou a atenção para a precariedade dos docentes.

As Comissões Sindicais do SNESup nas Escolas Superiores Agrárias de Castelo Branco, Coimbra, Bragança, Santarém, Beja, Elvas e Viseu subscreveram já um comunicado de solidariedade com o colega afastado, que fazia parte da equipa de delegados sindicais da primeira daquelas escolas.

SUBSÍDIO DE DESEMPREGO: SNESUP VAI APRESENTAR PROPOSTA DE DIPLOMA

Conforme noticiámos oportunamente a Provedoria de Justiça informou o SNESup que recolocou junto do actual Governo a necessidade de publicação de legislação sobre o apoio ao desemprego a funcionários e agentes administrativos, conforme o Acórdão do Tribunal Constitucional nº 474/2002, comprometendo-se a dar-nos conta dos desenvolvimentos do processo.

A nossa proposta de diploma legislativo será baseada no Projecto de Lei do Partido Socialista que a Assembleia da República chegou a aprovar na generalidade na última legislatura. Deixamos aqui os nossos agradecimentos aos colegas que enviaram contributos.

NOVOS REPRESENTANTES SINDICAIS

O SNESup passou a contar com representação sindical na Faculdade de Direito da Universidade do Porto e na Escola Superior de Educação de Portalegre.

A Direcção designou já como lhe compete estatutariamente, um Delegado Regional em Portalegre, ficando investido nessas funções o colega Adriano Dias Pedro (ver no

site a habitual nota biográfica na Secção “Quem Somos”) indo ser criado como “sede virtual” o endereço snesup.portalegre@snesup.pt

Aos colegas que aceitaram as novas responsabilidades sindicais fica aqui a expressão do nosso agradecimento.

ENCONTRO SOBRE APLICAÇÃO DE ESTATUTOS DE CARREIRA: BREVE RESUMO DAS SESSÕES

O Encontro que teve lugar na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa durante todo o dia 8 e durante toda a manhã do dia 9, compreendeu 4 sessões.

A 1ª sessão, que ocupou toda a manhã de dia 8, e que se prolongou até cerca das 14 horas mercê da grande participação da assistência no debate das boas e más práticas na aplicação dos Estatutos de Carreira, tema que lhe estava apontado, compreendeu intervenções de António Garcia Pereira, advogado e Prof. Auxiliar do ISEG, que chamou a atenção para várias perversões do sistema, a primeira das quais estar a autonomia transformada num aglomerado de feudos, funcionando como uma espécie de muralha contra o exterior e servindo como fundamentação de actos ilegítimos, Henrique Curado, Vice-Presidente da Direcção do SNESup e Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, que desenvolvendo artigo publicado na Revista do SNESup informou sobre os vários tipos de solicitações que chegam ao apoio jurídico do Sindicato, e Estevão de Moura, economista e gestor de recursos humanos que se referiu aos bloqueios que a função de gestão de recursos humanos enfrenta no ensino superior.

A 2ª sessão do Encontro teve por temas a transparência e isenção nos procedimentos de admissão e de promoção, o reforço da componente externa de júris e os concursos a nível nacional, tendo contado com intervenções de Paulo Ferreira da Cunha, Prof. Catedrático da FDUP, que entre outras propostas para a “Mísia” (não para Portugal) defendeu a criação de uma bolsa de juizes, a formação de júris por sorteio e a remuneração da participação em júris. Rui Namorado Rosa, Prof. Catedrático da Universidade de Évora, que expôs de forma crítica a génese do modelo actual e defendeu a obrigatoriedade do voto aberto e justificado e a internacionalização dos júris, Carlos Ramos, Prof. Coordenador do ISEP, que apresentou uma proposta de metodologia e descrição de procedimentos para funcionamento de concurso e júris, tendo em cada passo destacado e justificado a estratégia para ultrapassar os passos críticos, e José Jasnau Caeiro, Prof. Adjunto da ESTIG de Beja, que salientou a actual heterogeneidade qualitativa das diferentes escolas de ensino superior público em Portugal e defendeu o sistema de progressão por mérito absoluto como uma das formas de ultrapassar a situação de actual estagnação e desigualdade de oportunidades. Todos os intervenientes, incluindo os da assistência manifestaram desagrado ou mesmo revolta, de todos os intervenientes pela desactualização, inadequação ou incumprimento da legislação em vigor.

Na 3ª sessão, que se prolongou até cerca das 19.30, relativa a mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos, António Casimiro Ferreira, Prof. Auxiliar da FEUC e Investigador do CES, referiu-se à evolução da conflitualidade laboral e à evolução do recurso a meios extrajudiciais, Manuela Araújo, Directora de Serviços de Acesso ao Direito e aos Tribunais da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial explicou detidamente as características de cada um dos instrumentos disponíveis, e José Luís Esquível, advogado, desenvolveu o tema da arbitragem relativa a litígios em

torno de contratos administrativos de provimento ou de relações fundadas em actos administrativos de nomeação de pessoal, explicando as suas possibilidades e os limites legais. A assistência pôs numerosas questões, tendo sido recebida com natural agrado a notícia de que em 2005 poderá vir a ser inaugurado um centro de arbitragem institucionalizada dedicado à função pública.

A 4ª sessão, sobre Estatuto da Carreira Docente único, decorreu na manhã do dia 9, com intervenções de Carlos Mota Soares, Prof. Catedrático do IST, que fez depender a possibilidade de um Estatuto único de a qualificação mínima para a docência ser o doutoramento em ambos os subsistemas universitário ou politécnico, João Duarte Silva, Prof. Coordenador da EST de Setúbal, que com base na existência de dois sistemas diferenciados e com objectivos também diferenciados, considerou que deveriam existir dois estatutos de carreira docente diferentes, Luís Moutinho, Prof. Auxiliar do Instituto Superior de Ciências de Saúde – Norte, que defendeu a unificação dos sistemas e das carreiras, mantendo nas instituições formações de diferentes naturezas e Luís Fé de Pinho, Prof. Coordenador da ESG de Santarém que, propôs se actue de modo integrado em 3 domínios: estatutos de carreira, aplicação dos estatutos nas instituições e inspecção externa independente, devendo o estatuto ser único e contemplar o doutoramento como grau de acesso à carreira.

Lisboa - Av. 5 de Outubro, 104, 4º - 1050-060 LISBOA – Atendimento - 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 21 799 56 60 - Fax 21 799 56 61 – N° Verde: 800202826 - snesup@snesup.pt

Porto - Av. da Boavista, 1167, 5.1 - 4100-130 PORTO – Atendimento - 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra - Rua Casal dos Vagares, 12 - 3030-141 COIMBRA – Atendimento - 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 23 978 19 20 - Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt